

A teoria política de Marx: uma totalidade orgânica

Marx's political theory: an organic totality

Pablo Polese*

Resumo – Apresenta-se aqui uma leitura dos principais traços da teoria política de Marx. Esta é entendida como uma totalidade orgânica na qual cada elemento impõe necessariamente sua articulação e mediação com os demais. Ao delinear nestes termos o legado político de Marx, pretende-se contribuir no sentido da elaboração de uma teoria da transição para além do sistema do capital. Defende-se que esta precisa, necessariamente, incorporar de forma crítica o legado das teorias da transição clássicas, em especial as elaboradas no esteio da Revolução Russa de 1917, e também aquelas que foram elaboradas mais recentemente, com a vantagem de poderem versar sobre a experiência soviética que formalmente chegou ao fim em 1991. Por conta disso e por afinidades teóricas, o intérprete marxista privilegiado no texto é István Mészáros.

Palavras-chave: Karl Marx; revolução; transição socialista; teoria política; István Mészáros.

Abstract – It is presented here a reading of the main features of Marx's political theory. This is understood as an organic whole in which each element necessarily imposes its articulation and mediation with the others. In outlining in these terms Marx's political legacy, this article is intended to contribute towards the elaboration of a theory of transition beyond the capital system. It is argued that this transition necessarily needs to incorporate in a critical way the legacy of classical transition theories, especially those elaborated in the wake of the Russian Revolution of 1917, and also those that have been elaborated more recently, with the advantage of being able to deal with the Soviet experience that formally came to an end in 1991. Because of this and theoretical affinities, the Marxist interpreter privileged in the text is István Mészáros.

Keywords: Karl Marx; revolution; socialist transition; political theory; István Mészáros.

* Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor de Sociologia no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS. Correspondência: Rua José Tadao Arima, 222, Vila Ycarai – Aquidauana – MS. CEP: 79200-000. Email: <pablopolese@yahoo.com.br>.

Introdução

Na década de 1970, Norberto Bobbio encabeçou um debate com marxistas membros do Partido Comunista (PC) italiano acerca da existência ou não de uma teoria do Estado e da política em Marx.¹ O debate teve grande repercussão mundial e, inquestionavelmente, a posição de Bobbio saiu “vitoriosa”. Segundo ela, Marx e os marxistas não teriam tematizado suficientemente o lugar e importância da política, do Estado e da democracia, e, portanto, não haveria uma adequada alternativa socialista às teorias burguesas do Estado e da democracia. Os impactos políticos dessa visão – capitaneada por Bobbio e tornada, desde então, lugar-comum em muitas das críticas à capacidade de o marxismo analisar os problemas políticos contemporâneos – são mais sérios do que se pode pensar a princípio.

Segundo Bobbio (1979, p. 37-38), a “ausência de uma teoria política em Marx e no marxismo” decorreria de um conjunto de fatores: primeiramente, pelo fato de que desde o início teria havido um interesse quase exclusivo por parte dos teóricos marxistas pelo problema da conquista do poder, uma vez que a iminência da revolução fora por longo período histórico uma premissa incontestável; em segundo lugar, o caráter transitório “autotranscendente” do Estado socialista, entendido como necessário apenas por um breve período histórico, teria tornado “dispensável” maiores aprofundamentos teóricos sobre o papel do Estado no período de transição, haja vista a postulada realização relativamente rápida do autogoverno não estatal comunista; em terceiro lugar, segundo Bobbio (1979), o desdobramento prático, político e teórico posterior à Internacional Comunista teria levado ao surgimento de uma pluralidade de marxismos conflitantes entre si, num eterno debate escolástico – um eterno retorno aos textos fundamentais de Marx, num abusivo uso do “princípio da autoridade”. A consequência deste fora não a revitalização, mas o estancamento teórico do marxismo, que deixou de analisar concretamente o mundo material, em especial as instituições políticas e estatais.

Nesse debate, a partir da defesa de que a democracia é um fenômeno exclusivamente burguês e capitalista, N. Bobbio colocou os dirigentes do PC italiano (e não só o italiano) na posição muito desconfortável de ter de “escolher” entre democracia ou socialismo, sendo que socialismo nesse momento significava fundamentalmente stalinismo, ou seja, privação de liberdades individuais, controle estatal da vida social etc. Pressionado por condicionantes objetivos, no que diz respeito à inconveniência de defender o “socialismo real” stalinista enquanto alternativa à democracia burguesa, o PC italiano aceitou (grosso modo, passivamente) as regras do jogo impostas por Bobbio, e foi obrigado a abandonar teoricamente (e, portanto, abandonou

¹ Esse debate ocorreu a partir de meados da década de 1970, em revistas italianas. Há, em português, uma coletânea com os artigos que compuseram o debate. Cf. BOBBIO, N. et alli. *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

a luta por sua efetivação prática) uma série de conceitos políticos insubstituíveis, por sua suposta carga intrinsecamente “totalitária” e “antidemocrática”. Dentre estes, sem dúvida alguma o abandono do conceito de “ditadura do proletariado” foi o que causou mais danos teóricos e desorientações políticas às estratégias comunistas. Além disso, vale lembrar, a discussão se deu na guinada dos anos 1975 e 1976,

após a contrarrevolução chilena, o golpe de novembro de 1975 na revolução portuguesa, a transição controlada na Espanha, o ‘compromisso histórico’ na Itália. Os ventos estavam prestes a virar. A contra-ofensiva liberal e o fortalecimento das retóricas ‘antitotalitárias’ se anunciaram. (BENSAÏD apud MARX, 2010, p. 82).

É preciso observar a força e o impacto material que próprios às ideologias, que não são meras ideias, mas sim uma força social sob a forma de ideias. Não seria de modo algum exagero dizer que, levada a efeito numa época em que debates internos aos partidos (instituições poderosas da classe trabalhadora organizada) tinham grande relevo na configuração prática das ações políticas, o “debate Bobbio” certamente foi um grande contributo à consolidação da guinada política dos PCs no sentido da aceitação da chamada via eurocomunista de transição. Grosso modo, a via eurocomunista se caracteriza pela defesa da passagem gradual ao Socialismo, feita “dentro da ordem” (ou seja, “sem revolução”), a partir de progressivos “ganhos democráticos”. Rapidamente viu-se que esta via cada vez mais se afastava do caminho ao Socialismo, para cada vez mais se acomodar à ordem do capital.

Quem conhece os debates históricos da socialdemocracia alemã de início do século XX, no tempo de Bernstein e Rosa Luxemburgo, sabe que esse tipo de tematização da “revolução aos poucos” está tendenciosamente orientada e ideologicamente fundamentada na manutenção “sem maiores problemas” da ordem. A assertiva de Bobbio não tem nada de inovadora, sendo em verdade uma repetição, sob a forma de “farsa”, da “tragédia” alemã de início do século XX (lembrando aqui a conhecida passagem sobre a “repetição histórica” escrita por Marx (2008), em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*). Não é por outro motivo que Mészáros (2004) chega a chamar a via eurocomunista de “natimorta via eurocomunista”, não só por sua inviabilidade histórica, mas também pelo fato de que Rosa Luxemburgo, na passagem do século XIX ao XX, já fizera a refutação teórica mesmo da possibilidade de um dia tal proposta ter sucesso na prática.

O debate Bobbio-PCI ocorre no momento em que já é inegável o novo refluxo das lutas sociais contestatórias à ordem, lutas que há quase dez anos vinham se desdobrando por todo o globo, de forma bastante explosiva, cujo ápice talvez seja localizável no ano de 1968 e 1969. Não por acaso, é também nesse período histórico que se tornam mais eminentes os debates sobre a chamada “crise do marxismo”.

Já se contam várias décadas desde que se tornou lugar comum afirmar que Marx não teria formulado uma teoria política, mas apenas uma proposta de transformação do mundo, em que a política apareceria apenas como o território prático de realização da filosofia – dada a “missão histórica do proletariado”, interpretada quase como uma promessa divina. Essa interpretação do *materialismo dialético* enquanto *teoria mecanicista-teleológica* não se deve apenas a um empobrecimento (seja ou não proposital) da teoria de Marx, mas provém da própria relação existente entre o papel da *classe proletária* na teoria de Marx e seu antecedente teórico próximo, a *classe burocrática* na teoria do Estado de Hegel (essa sim com um – mas apenas um – pé na teleologia). De fato, em Marx a visão da política enquanto esfera da realização da filosofia está presente, mas apenas em seu primeiro trabalho, sua tese de doutoramento.

Discordamos radicalmente da tão difundida alegação da inexistência de uma teoria marxiana sobre a política, o Estado e o direito. É certo que a teoria política elaborada por Marx não existe nos moldes clássicos, enquanto obra sistemática e autônoma, em que fosse formulada uma teoria do Estado (tal como de praxe fizera a tradição dos pensadores da *filosofia política* de Platão a Hegel, passando por Maquiavel, Hobbes e os diversos *iluministas*, com destaque para os influentes Locke e Rousseau), portanto, onde a política aparece como objeto específico (por vezes *isolado*) de análise. Ou seja: Marx não nos legou, tal qual Hegel e a tradição liberal, uma sistematização teórica acabada do tipo *Filosofia do direito*, *Teoria do Estado* ou *Filosofia da história*. Marx não fez “filosofia da história”, e sim “história da filosofia”, ou seja: centrou-se menos nas *definições* conceituais a históricas que constroem *tratados*, e mais na apreensão das *determinações* históricas que conformam o objeto estudado, construindo *estudos* concretos de situações concretas.

Assim, se não temos a *Filosofia do direito* de Marx, temos por outro lado sua *Crítica da economia política*, sendo que há em *toda* sua produção teórica claras indicações e profundos apontamentos sobre seu modo de ver a relação entre a categoria central de sua teoria, que é a *história*, e o *complexo categorial da política* (que se desdobra *no interior* dessa categoria mais abrangente e totalizadora), composto pelas categorias da chamada “superestrutura”: ideologia, política, direito, moral, ética, Estado, democracia etc.

Compreender o tratamento marxiano acerca da política, do Estado, da democracia e do direito, bem como suas necessárias *atualizações* com base nas experiências históricas mais recentes, é *praticamente vital* para o sucesso das estratégias socialistas futuras. Assim, este artigo visa contribuir com os esforços teóricos de elaboração de uma teoria da transição para além do capital. A fim de reconstruir alguns conceitos e categorias centrais da teoria política de Marx, optamos pelo estudo de alguns trabalhos que o próprio Mészáros (2002, 2004, 2006) usa como referência e mediação teórica, em seu processo de apropriação crítica do legado de Marx.

Conforme Mészáros salienta em inúmeros textos, desde o período inicial de formação de seu pensamento o tratamento dado por Marx às questões tradicionalmente abordadas pela “teoria política” foi muito original. Partindo criticamente do legado hegeliano, sua forma própria de apreender a articulação complexa das categorias políticas em relação ao todo representa um precioso legado. Este muito contribui à adequada compreensão do lugar da política no sistema do capital, bem como, é claro, os limites e possibilidades de uma ação política revolucionária. Desse modo, ele ora resolve, ora desloca, requalifica, recompõe etc. a estruturação de tais categorias em seu sistema teórico.

Em última análise, o modo como Marx via o papel da luta política explica por que seus esforços teóricos não caminharam no sentido da sistematização de uma *teoria do Estado*, mas sim no sentido da adequada *Crítica da economia política*, o que também traz implicações à prática social revolucionária. Ainda assim, existe um legado político de Marx, e este se trata de um legado que constitui uma poderosa ferramenta para a crítica do sistema capitalista.

Os principais elementos da teoria política de Marx

Eis os traços centrais da teoria política de Marx, segundo Mészáros (2002, p. 567):

- 1) O Estado (e a política em geral, como um domínio separado) deve ser *transcendido* através de uma transformação radical de toda a sociedade, mas não pode ser *abolido* nem por decreto, nem por toda uma série de medidas político/administrativas;
- 2) A revolução que se aproxima não pode ser simplesmente uma revolução política; deve ser uma revolução *social* para não ficar aprisionada dentro dos limites do sistema autoperpetuador de exploração socioeconômica;
- 3) Revoluções sociais buscam remover a contradição entre parcialidade e universalidade que as revoluções políticas do passado sempre reproduziram, submetendo a sociedade como um todo à regência da parcialidade política, no interesse das seções dominantes da ‘sociedade civil’;
- 4) O sujeito social da emancipação é o proletariado porque é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter [toda] a ordem social dominante, ao mesmo

tempo em que é incapaz de impor a si próprio como uma nova parcialidade dominante – uma classe dominante mantida pelo trabalho de outras – sobre toda a sociedade;

5) Lutas políticas e socioeconômicas constituem uma unidade dialética e consequentemente a negligência da dimensão socioeconômica despoja a política de sua realidade;

6) A ausência de condições objetivas para a implementação das medidas socialistas ironicamente pode apenas levar adiante as políticas dos adversários na eventualidade de uma conquista prematura do poder;

7) A revolução social bem sucedida não pode ser local ou nacional – apenas revoluções políticas podem se confinar a uma situação limitada, de acordo com sua própria parcialidade – ela deve ser *global/universal*; o que implica a transcendência necessária do Estado em escala *global*.

Comentando tais elementos constitutivos, Mészáros (2002) afirma o caráter de “todo orgânico” do conjunto de elementos apontados e faz uma importantíssima discussão teórica sobre o aparente caráter “descolado” dos tópicos 3 e 4 face aos demais. Segundo o filósofo húngaro, cada uma das sete características elencadas só adquirem significado pleno quando se observa suas interconexões recíprocas. Os tópicos 1, 2, 5, 6 e 7, por tratarem das “condições objetivas” da transformação social – entendida como “complexa totalidade social com dinamismo interno próprio” –, não trariam maiores problemas para a visão unificada dessas cinco características. Entretanto, quando se observa os tópicos 3 e 4, há a possibilidade, segundo Mészáros (2002), de uma leitura equivocada do todo orgânico da teoria política de Marx. Isso porque o tópico 3, ao propor a resolução da contradição entre parcialidade e universalidade, aparenta representar uma “injustificada intrusão da lógica hegeliana no sistema de Marx”. O tópico 4, por sua vez, demonstra “uma tradução imperativa desta categoria lógica abstrata em uma entidade pseudo-empírica” (MÉSZÁROS, 2002, p. 567), ou seja, a categoria universalidade e a entidade proletariado – isso de fato ocorre, por exemplo, em *História e consciência de classe*, de Lukács (2003).

Ao apontar a aparente problemática dos tópicos 3 e 4 frente aos demais, Mészáros entra no espinhoso debate acerca das condições objetivas e subjetivas da revolução. Essa problemática, tematizada por Marx desde sua juventude, tornou-se um terreno minado desde fins do século XIX, objeto de agressivas disputas teóricas pelos “marxismos”, em especial pós-Revolução Russa.

Segundo Mészáros, desde sua formulação a teoria de Marx foi objeto de duras críticas decorrentes de uma suposta “inverificabilidade” do

conceito de proletariado. Tal crítica prosseguiu ao longo dos anos sempre se repondo sob novas roupagens, de forma que, como Mészáros (2006) pontua, negar a realidade do proletariado foi “um curioso passatempo do século XX”. Recentemente, tais teorias ganharam novo alento nas diversificadas e malabarísticas teorias da “sociedade pós-industrial”, da “sociedade do conhecimento”, teorias da “pós-modernidade” etc., sendo suas diversidades minimizadas quando se observa o elemento central comum a todas: a tentativa de dar “adeus ao trabalho” e sepultar “de vez” a teoria social e política de Marx.

Quanto às críticas que apontam um *caráter teleológico* presente no conceito de proletariado (dada sua “missão” ou “tarefa histórica”), vale pontuar que realmente há uma *conexão teórica* entre a teoria de Marx e a de Hegel, uma conexão que não pode nem deve ser negada. Porém, as diferenças são também marcantes e substanciais.

A similaridade entre a “classe universal” de Hegel (a *burocracia idealizada*) e a *classe proletária* em Marx (2005) é apenas superficial, pois elas assumem papéis muito diferentes no interior das duas teorias. Hegel dá ao Estado o *status* mais elevado na sociedade, sendo a classe burocrática “universal” apenas um “dever ser” racional, que assim cumpriria a função de *reconciliar as contradições da sociedade civil*. Marx, ao contrário, “está preocupado com a *transcendência do Estado e da política enquanto tal*, identificando a *paradoxal universalidade do proletariado* (uma universalidade ainda-não-dada, ainda-para-ser-realizada) como uma *parcialidade* que necessariamente se *auto-extingue*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 567).

Assim, enquanto a ‘classe universal’ fictícia de Hegel é uma *entidade sem classe* (e enquanto tal uma contradição em termos), o proletariado de Marx é completamente *conforme-à-classe* (e nesse sentido inevitavelmente parcial) e real. Em sua ‘tarefa histórica’ tem uma *função universalizante objetivamente fundada*. Ao mesmo tempo, sua parcialidade é também única, já que não pode ser convertida em uma condição de *domínio exclusivo* da sociedade. Consequentemente, para ‘dominar’, o proletariado deve generalizar sua própria condição de existência: a saber, a *incapacidade de dominar, enquanto uma parcialidade*, às expensas de outros grupos sociais e classes. (Obviamente, isto está em contraste total com a burguesia e com outras classes dominantes da história passada que dominaram precisamente ao excluir e subjugar outras classes.) É neste sentido que a ‘ausência-do-caráter-de-classe’ [*Classlessness*] – o estabelecimento de uma sociedade sem classes – está ligada ao peculiar domínio de classe “da parcialidade que se autoextingue, cuja medida de sucesso é a generalização de um modo de existência totalmente incompatível com o domínio de classe (que se favorece de modo exclusivo).” (MÉSZÁROS, 2002, p. 568 – grifos nossos).

A classe trabalhadora, por estar inserida dentro do sistema do capital, não deixa de ser uma classe, e, enquanto classe, dotada de interesses particulares. Entretanto, por ser a classe produtora do valor, ela se caracteriza

por ser a única classe indispensável para a manutenção do sociometabolismo, e, por isso, incapaz de instituir um domínio parcial, exclusivo, da sociedade como um todo: “para ‘dominar’, o proletariado deve generalizar sua própria condição de existência: a saber, a *incapacidade de dominar, enquanto uma parcialidade*, às expensas de outros grupos sociais e classes.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 568 – grifos nossos).

Ora, dada essa característica, o proletariado não é uma classe como as outras ao longo da história. Aliás, Marx inclusive usa um termo diferente ao se referir ao proletariado, um termo que pode ser traduzido por “esfera”. Nas traduções correntes encontramos o termo “classe universal”, mas parece-nos que estaria mais correta a tradução por “esfera universal”, justamente frisando esse aspecto de classe-que-não-é-classe, de classe dotada de “ausência-do-caráter-de-classe”, classe com uma “paradoxal universalidade”. Ou seja, justamente frisando que a classe trabalhadora é a única classe com pretensões políticas que vão para além da luta meramente política – inerente a toda classe enquanto classe – e, nesse sentido, como a única classe cuja pretensão é abolir-se enquanto classe.

Enquanto o capital está em ascensão histórica, a sociabilidade humana cada vez mais deixa pra trás o tipo de relação hierárquica direta, crua, escravista, e a substitui por interações sociais nas quais a relação hierárquica de dominação e exploração do trabalho assumem formas *aparentemente* mais abrandadas e civilizadas – posto que mais *fetichizadas* e *interiorizadas* pelos indivíduos. Na mesma medida, mais o domínio de uma classe sobre o conjunto da sociedade é sustentado pela *política* enquanto “complemento necessário à manutenção da iniquidade das relações materiais estabelecidas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 569). Além disso, cada vez mais a *ideologia* dominante cumpre funções vitais na manutenção da reprodução sociometabólica. Daí a impossibilidade de a sociedade emancipar-se do domínio da parcialidade autoimposta sem transcender a própria política e o Estado.

A política, o trabalho, o Estado e o capital

As estruturas institucionais do Estado, por sua própria constituição histórica e dependência funcional da própria iniquidade material e cisão público-privado, contribuem com a proliferação pelo tecido social de uma forte tendência ao imobilismo e à manutenção da ordem. Frente a tal situação de impossibilidade de autoabolição *dentro* dos marcos da política, entendida como esfera negativa, meramente destrutiva, cabe ao proletariado ir *além* da política inicialmente também *por meio* da política, rompendo a tendência ao imobilismo inerente à “política” (manutenção de relações hierarquicamente estruturadas em direção e base; busca da conquista do poder político por meios internos ao sistema do capital etc.) que efetivamente limita e restringe a própria mobilidade revolucionária “do social”.

A classe do trabalho é a única parcialidade de “paradoxal universalidade”, dotada não só da *capacidade*, mas da *necessidade* de autoextinção da parcialidade enquanto parcialidade. Sua universalidade concreta se dá de forma alienada, também sob a forma de alienação política; portanto, a própria política é uma mediação estratégica indispensável, na medida em que em seu âmbito opera-se a “negação da negação” da ordem do capital, através da reapropriação, por parte do trabalho, de suas forças sociais efetivadas de forma alienada (e abstrata) sob a forma de força política.

Entretanto, a revolução social não se resume a tal reapropriação; é preciso construir uma nova sociabilidade, uma nova *forma de ser* em conformidade (e não em conflito) com a centralidade do trabalho, no sentido mais amplo de trabalho enquanto atividade vital na qual se dá a autoconstituição do homem. Isso, em verdade, significa *trabalhar menos*, no sentido de trabalho com o qual estamos acostumados sob o sistema do capital, ou, o que é o mesmo, *trabalhar mais*, desde que se entenda por “trabalho” uma forma particular de atividade vital já desalienada e, portanto, “carregada de sentido”: uma forma social de objetivação da vida por meio da qual e na qual se pode dar o livre desenvolvimento das individualidades num sistema para além do capital. Evidentemente, esse segundo sentido ressignifica e anula de tal forma a categoria “trabalho” que não faz qualquer sentido seguir usando-a. Na transição socialista, as funções positivas e construtivas devem, portanto, ir além do *movimento político* e se efetivar por uma genuína *prática social*. Daí a complexa posição da política na práxis revolucionária:

se age *politicamente*, o proletariado permanece na órbita da parcialidade (com sérias implicações para o próprio proletariado, que é necessariamente afetado pelo domínio de sua própria parcialidade), enquanto a realização da revolução *social* advogada por Marx envolve inúmeros outros fatores, muito além do nível político, junto com a maturação das condições objetivas relevantes. (MÉSZÁROS, 2002, p. 568).

Não se pode superar o capital, entendido como relação social, sem superar uma de suas formas superestruturais de entificação, qual seja: a política, entendida como forma ideológica de legitimação, sustentação e perpetuação da relação-capital. Essa afirmação permanece válida mesmo se consideramos o fato de que, por um lado, o capital pode se pôr sob formas concretas em que a política assume pesos e tarefas bastante variáveis. Além disso, por outro lado, em determinados momentos históricos a própria política assume a posição de “momento predominante” nas relações sociais. Quando isso ocorre, a esfera da política, antes determinada pela base econômica, passa a determiná-la substancialmente; adquire uma “alma social”, e, assim, às vezes se torna tão radical a ponto de pretender se pôr de forma autônoma à própria esfera econômica, dominada pelo capital, como por exemplo no período da guilhotina durante a Revolução Francesa.

Voltando à questão em pauta, a “tarefa histórica” do proletariado, longe de ser *a priori* garantida por uma *filosofia da história*, é aludida porque Marx enxerga o movimento histórico como um todo e vê o sentido autocontraditório insuperável do capital, que busca a perpetuação de uma sociabilidade alienada *insustentável* em longo prazo. Assim, a tarefa histórica aparece como uma *necessidade* a fim de a humanidade se desvencilhar do controle irracional do capital, rumo a uma sociabilidade liberta das mediações de segunda ordem. Tal *necessidade* não se aplica à *efetivação* da ultrapassagem da “pré-história” – ainda que Marx tivesse a esse respeito uma visão bastante otimista –, ou seja, falar da necessidade do cumprimento da tarefa histórica não é o mesmo que garantir que tal tarefa será historicamente cumprida.

Sofrendo fluxos e refluxos ao longo da história, a realização da tarefa histórica do proletariado não está garantida. Convenhamos, essa questão é de uma obviedade sem tamanho, e só vale a pena mencioná-la porque existem muitas correntes que ressaltam de tal maneira o peso das contradições internas do capital que acabam resvalando em concepções automatistas e mais ou menos teleológicas da história; a história não faz nada, quem faz são os homens, já dizia Engels. Ter de explicar o caráter não teleológico do conceito de história em Marx é sintomático da miséria ideológica e cultural em que estamos – o que torna essa tarefa um pouco irritante. É mais importante e produtivo, posto que toca em pontos mais complexos, reforçar as conexões que não podem ser desconsideradas entre os pontos 3 e 4 acima e o restante da teoria política de Marx. Isso porque, segundo Mészáros, referindo-se ao ponto 3, *por um lado*, é precisamente a categoria da “universalidade objetivamente fundada” que permite colocar a política em perspectiva: “por se mover ‘para fora’ da política”, o que significa para além das restrições impostas por se “pensar no interior da estrutura da política”, como Marx coloca (1980, 1995, 2011a).

Isto deve ser feito para se ter a capacidade de *negar* a parcialidade crônica da política; e deve-se fazê-lo não de um nível lógico-metafísico abstrato, mas a partir da única e exclusiva universalidade não-fictícia (que não tem o caráter de um *Sollen* [o *dever ser* da burocracia em Hegel – P.P]), isto é, do *metabolismo* fundamental da sociedade, o *social*. (MESZÁROS, 2002, p. 569).

Mészáros explica que tal compreensão da universalidade é “tanto histórica quanto trans-histórica”, uma vez que “sublinha as condições necessariamente mutáveis do sociometabolismo” e, simultaneamente, “indica os limites além dos quais mesmo os meios e modos mais poderosos deste metabolismo – o capital, por exemplo – perdem sua vitalidade e justificação histórica”. Por outro lado, referindo-se ao ponto 4:

o proletariado como uma realidade socioeconômica real, era, bem antes de Marx, um ator principal no cenário histórico; que demonstrou sua habilidade em gravitar para uma ‘revolução no interior da revolução’ já na sequência imediata de 1789, tentando adquirir um papel independente, em seu próprio interesse, contrastando com sua posição até então subordinada no interior do Terceiro Estado. (MÉSZÁROS, 2002, p. 569).

Desse modo, “já em 1792, no exato momento de seu nascimento”, o proletariado negou o “marco político recentemente conquistado do ponto de vista da ordem burguesa emergente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 569).

A seguir, elucidando o tratamento teoricamente adequado da relação entre o proletariado, sua “missão histórica” e a suposta intrusão de um esquema lógico hegeliano no sistema aberto de Marx, Mézáros (2002, p. 569 – grifos nossos) sintetiza:

O fato de Marx ter associado teoricamente o proletariado à necessidade da revolução *social* e à condição de universalidade, não era uma dúvida exigência funcional de um sistema ainda dependente de Hegel, mas um profundo discernimento do novo caráter histórico-mundial do antagonismo social entre capital e trabalho. A progressão das trocas entre tribos locais até a história mundial, da ação confinada a uma esfera extremamente limitada até uma outra que reverbera através do mundo, não é uma questão de transformações conceituais, mas diz respeito ao desenvolvimento real e à integração recíproca de estruturas cada vez mais abrangentes e complexas. *Esta é a razão por que soluções de tipo parcial* – que são perfeitamente possíveis, na verdade inevitáveis, em estágios anteriores – *no curso do desenvolvimento histórico-mundial devem ser substituídas por outras cada vez mais abrangentes, com uma tendência última para soluções ‘hegemônicas’ e para a universalidade.* A caracterização que Marx faz do proletariado, portanto, reflete e articula a mais elevada intensidade de confrontos hegemônicos com a impossibilidade histórica de soluções parciais em estágios determinados dos desenvolvimentos capitalistas e globais.

Vide bem: a formação da classe proletária e sua caracterização por Marx “reflete e articula a mais elevada intensidade de confrontos hegemônicos com a *impossibilidade histórica de soluções parciais* em estágios determinados dos desenvolvimentos capitalistas e globais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 569 – grifos nossos).

Uma totalidade orgânica

Mézáros (2002) afirma com acerto que a questão inescapavelmente *orgânica* dos principais aspectos da teoria política de Marx torna-se patente quando observamos que, relacionados aos pontos 3 e 4 (referentes ao proletariado e sua missão histórica), nenhum dos outros pontos sequer

faz sentido se o próprio sujeito social da transformação revolucionária é abandonado ou desqualificado.

Fica claro aqui que as teorias do adeus ao trabalho têm implicações práticas muito mais sérias do que pode parecer à primeira vista. Dar adeus ao trabalho e à própria existência das classes e da luta de classes como dinamismo básico do desenvolvimento histórico significa, no limite, desmortalizar mortalmente as lutas sociais e condená-las à *impotência* frente ao antagonista histórico da classe trabalhadora, aquele que detém o controle do sociometabolismo assentado em mediações de segunda ordem, com consequências nefastas à totalidade da vida em sociedade.

Sem os tópicos 3 e 4, todos os outros se tornam vazios e utópicos, afinal, conforme o exemplo dado por Mészáros (2002), em referência ao tópico 1: que sentido faz afirmar que um Estado pode apenas ser “transcendido” e não “abolido”, “tanto em uma situação nacional limitada como em uma escala global”, “se não houver uma força social que deseje e seja capaz de empreender essa tarefa?”. Em seguida, depois de afirmar que o mesmo vale para todos os outros pontos, Mészáros (2002, p. 570) observa:

A distinção entre revolução social e política tem algum conteúdo apenas se um sujeito, ou sujeitos, socialmente existente possa *realmente* conferir a ela sentido, por meio dos objetivos precisos e das estratégias de sua ação e por intermédio da nova ordem social que emerge desta ação.

Da mesma forma, não passa de um lema vazio a mera referência ao proletariado enquanto “sujeito da revolução”, feita de forma dogmática com fundo messiânico. Os principais aspectos da teoria política de Marx são interdependentes. Enquanto categoria vital da teoria de Marx, o trabalho (ou “classe trabalhadora”, ou “proletariado”) adquire identidade por ser o contraposto classista ao capital. Além disso, tira seu significado precisamente das determinações *objetivas* que, apreendidas por sua teoria, refletem uma concreta articulação social dinâmica. Separado de tais condições objetivas, bem como da necessária problematização acerca do problema da “necessária fragmentação” do trabalho,² ou seja, os problemas de *organização da classe*, essas referências abstratas ao proletariado e sua missão histórica são mais prejudiciais que favoráveis ao encaminhamento da transição para além do capital. Em especial, quando se identifica “proletariado” com a fração de classe operária de tipo clássico, a saber, aquela alocada na produção de mercadorias tangíveis, excluindo o setor de serviços etc. Em síntese:

a transcendência do Estado e quem a desencadeia, o proletariado (ou, para utilizar um termo teoricamente mais preciso: o trabalho, o

² Decorrente, entre outras coisas, do fato acima comentado, de que o trabalhador se defronta com o capital sempre enquanto trabalhador isolado.

antagonista estrutural do capital), estão inseparavelmente interligados e constituem o ponto central da teoria política de Marx. Não há qualquer romantismo em sublinhar sua importância deste modo: apenas um alerta destinado àqueles que querem expurgá-lo [o trabalho] da estrutura conceitual de Marx, que deveriam perceber quanta coisa a mais – de fato quase todo o resto – teria que ser jogado ao mar junto com ele. (MÉSZÁROS, 2002, p. 571).

Considerações finais: um legado poderoso

Mesmo com limites históricos, a teoria do Estado e da política de Marx, especialmente quanto a seus fundamentos teóricos, ainda não foi superada. Para além do peso e da força que as contingências históricas exercem sobre o aspecto válido ou anacrônico de qualquer sistematização teórica, é preciso frisar que,

fosse inválida a *teoria marxiana do Estado*, o marxismo como um todo se tornaria completamente insustentável, em vista da centralidade de sua crença na reciprocidade dialética entre base e superestrutura, entre as fundações materiais da sociedade e sua esfera política. (É precisamente neste sentido que a denominada ‘crise do marxismo’ tem sido repetidamente interpretada no passado recente, saltando de um pânico apressado para conclusões apriorísticas a partir da mera asserção da crise, ao invés de enfrentar seus elementos de uma perspectiva positiva.) O que torna a questão particularmente aguda, neste momento crítico da história, é que ela tem *implicações políticas diretas para as estratégias de todos os movimentos socialistas existentes*, tanto no Ocidente quanto no Oriente. Nesse sentido, não é apenas o valor heurístico da teoria social que é colocado em questão, mas algo incomparavelmente mais tangível e imediato. É por isso que hoje se torna inevitável um exame cuidadoso da teoria marxiana do Estado, à luz dos desenvolvimentos pós-revolucionários. (MÉSZÁROS, 2002, p. 563 – grifos nossos).

Segundo Mészáros, a experiência pós-revolucionária soviética, em agudo contraste com as expectativas socialistas abertas pela vitória da Revolução Russa, engendrou um tipo novo de Estado, não socialista e muito menos comunista, mas “pós-capitalista”. Segundo essa visão, a experiência soviética teria superado o *capitalismo*, enquanto modo específico de entificação do capital que extrai *economicamente* o trabalho excedente, sob a forma de mais-valia, mas não teria superado o *capital* em si.

A experiência soviética, segundo Mészáros, não superou o capital porque manteve a exploração do trabalho excedente, sob uma forma não mais puramente econômica (posto que aboliu a propriedade privada e extinguiu as *personas* capitalistas), mas predominantemente *política*.

Infelizmente, não podemos desenvolver com profundidade essa questão, a despeito do fato de que a instigante abordagem de Mészáros

sobre a forma reciclada de permanência da lógica do capital nas sociedades pós-revolucionárias seja extremamente importante para alertar para o perigo de que as experiências revolucionárias futuras sigam a *linha de menor resistência*, superando apenas o capitalismo e deixando de lado o problema central: subjugar o capital (POLESE, 2016).

Assim, reconhecer que não houve, nas experiências do “socialismo real”, o fenecimento do Estado é apenas o *começo* do enfrentamento necessário das complicadas questões envolvidas na questão. É preciso problematizar a posição do Estado e sua necessária (auto)transcendência, não só numa situação pós-capitalista similar à de tipo soviético, mas também nos Estados capitalistas em todas as suas variantes mais ou menos democráticas etc.

No caso do “socialismo real”, este não apenas não eliminou o Estado, como, ao contrário, fortaleceu maciçamente sua estrutura de poder político sobre o corpo social, e, o que é pior, para as estratégias futuras de transição: seu modo específico de *tentativa de transição* pós-capitalista foi elevado ao *status* de *modelo* generalizável.

Houve danos históricos concretos e potenciais da elevação a *modelo* da experiência histórica stalinista – que, no limite, ao instituir acriticamente o paradigma do “socialismo num só país”, representou, dentre outras coisas, um desvio escapista das questões centrais referentes à abolição do Estado. Além disso, houve mesmo o notável descuido, por parte dos “marxismos”, da análise séria da teoria política de Marx. Não bastassem esses elementos, há ainda outro fator que contribuiu em muito com a tragédia histórica da esquerda comunista: o fato de que Estado capitalista, contra as expectativas, não se tornou o Estado extremamente autoritário de tipo fascista. Isso fortaleceu material e ideologicamente o “espectro capitalista”, antes e durante a Guerra Fria, com todas as suas implicações negativas desconcertantes que sobreviveram até os dias atuais. Evidentemente, tal fato não se deve a um suposto “aspecto democrático intrínseco” ao capitalismo. Há, quanto a esse aspecto histórico, uma justificativa material ao mesmo tempo elucidativa e preocupante:

Embora ninguém deva subestimar o perigo de ditaduras de direita como soluções a períodos de crise aguda, tais soluções, apesar disso, parecem estar muito em desacordo com as exigências objetivas do processo capitalista de produção e circulação em suas fases relativamente tranquilas de desenvolvimento. A ‘sociedade civil’ há muito estabelecida, articulada ao redor do poder econômico estruturalmente arraigado dos capitais privados em competição, tanto assegura quanto preserva a dominação capitalista do Estado político e, por meio dele, da sociedade como um todo. Qualquer reversão de tais relações de poder em favor do Estado autoritário em período de aguda crise é, na verdade, uma faca de dois gumes, que tanto ameaça quanto defende a ordem estabelecida, ao romper o mecanismo *normal* de dominação estrutural e ao colocar em jogo a colisão frontal das forças antagônicas no lugar da esmagadora inércia

da situação anteriormente aceita. A relação normalmente prevalecente entre ‘sociedade civil’ e Estado político amplia em muito o poder ideológico de mistificação do Estado político burguês – por se apresentar como o modelo insuperável de não interferência e liberdade individual – e, por meio de sua própria inércia, constitui um obstáculo material paralisante a qualquer estratégia de transição; Pois *impõe ao seu adversário socialista o imperativo de prometer ‘liberdade da dominação do Estado’ em futuro próximo, enquanto, de fato, o poder socialista sustentado do Estado pós-capitalista [...] contra a ‘sociedade civil’ herdada, estruturalmente capitalista, é uma condição sine qua non da mudança estrutural necessária.* (MÉSZÁROS, 2002, p. 562 – grifos nossos).

Ou seja: se o capitalismo aparenta não ser fascista, totalitarista etc., e se permite “liberdade” à “sociedade civil”, qualquer proposta de transição que almeje ser seguida pelas massas não pode acabar com essa “liberdade”; deve, porém, prometer “liberdade da dominação do Estado”, mesmo porque há a experiência stalinista como “referência” negativa.

Ora, é absolutamente impossível uma transição socialista que mantenha a “liberdade” da sociedade civil herdada, posto que esta está enraizada nas contradições do sistema do capital, as quais devem ser superadas, ou então não haverá transição alguma. Em outras palavras, a transição socialista necessitará destruir os órgãos especificamente capitalistas e extirpar as personas do capital em ofensiva contrarrevolucionária, o que não pode ser feito com predomínio total da “liberdade” da sociedade civil e suas contradições intrínsecas.

Entretanto, isso constitui sim um norte para a transição e a democratização substantiva das novas relações sociais e da estrutura horizontal dos novos órgãos de controle sociometabólico, que substituirão as instituições burguesas e fornecerão a base material e política para a construção da sociabilidade comunal. Conforme a passagem esclarecedora de Mézáros:

Declarar que ‘agir no interior de formas políticas pertence à velha sociedade’ (em vista da continuidade da existência de uma esfera política separada) é tão verdadeiro em suas perspectivas últimas quanto inadequado no que diz respeito aos problemas de transição. Já que o *ato* de libertação não pode ser separado do *processo* de libertação, e desde que o Estado político, apesar de ser condicionado, é também e simultaneamente um fator condicionante vital, a emancipação socialista da sociedade da regência opressiva da esfera política necessariamente pressupõe a radical transformação da política propriamente dita. Isto significa que a pretendida transcendência do Estado apenas pode ser realizada através da instrumentalidade pesadamente condicionante do próprio Estado. Se este é o caso, e na verdade é, como poderemos escapar do círculo vicioso? Pois, mesmo que todos concordemos em que o Estado político em suas características essenciais pertence à velha sociedade, a questão permanece: como transformar o Estado herdado em uma genuína formação *transicional* da estrutura que se tornou

abrangente e necessariamente *auto-perpetuante* no curso do desenvolvimento capitalista? Sem uma identificação realista das mediações teóricas necessárias e forças materiais/sociais envolvidas em tal mudança transicional, o programa de abolir a política pela reorientação socialista da política está destinado a ser muito problemático. (MÉSZÁROS, 2002, p. 562).

Os problemas a serem enfrentados na construção e manutenção *positiva* da alternativa socialista vão muito além da mera revolução política que desapropria os capitalistas e se apodera do aparato político estatal. Tampouco podemos imaginar, com ingênuo voluntarismo, que é possível abolir o Estado rapidamente, “por decreto”. O papel da política e do Estado na transição é um papel essencialmente contraditório, um desafiador território a ser desbravado com cautela, passo a passo, pois está repleto de armadilhas letais capazes de fazer recuar a transição ali onde ela, talvez, menos esperaria, ou seja, por dentro.

Referências

- BOBBIO, N. et alli. *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”. *Crítica Marxista*, Belo Horizonte, n. 5, 1995.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- POLESE, P. *A ofensiva contra o capital*. Política radical e definimento do Estado na transição socialista. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

DOI: 10.12957/rep.2018.36681

Recebido em 13 de março de 2018.

Aceito para publicação em 19 de maio de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.